



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Goiás, Nº 253 - Bairro Centro - CEP 30190-030 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 14 Sala: 1401

PARECER Nº 2085 / 2019 - CORREGEDORIA/GACOR/ASJUR

Processo SEI n. 0057442-23.2019.8.13.0000

Ilustríssimo Juiz Auxiliar,

Dr. Adriano Zocche.

O presente feito se iniciou com o Ofício nº 15227/2019 (evento 2234711), em que o MM. Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de João Monlevade, Dr. Rodrigo Braga Ramos, solicita orientações desta Casa Correicional acerca das certidões a serem emitidas por Secretarias de Juízo.

O Magistrado Diretor do Foro da Comarca de João Monlevade exemplificou a solicitação com o pedido formulado pela Sra. Shirley Cristina Carlos, em que pediu *“certidão expedida pelo fórum de cada comarca em que os pretendentes tenham sido domiciliados nos últimos 10 anos, especificando, apenas, quantos e quais são seus cartórios distribuidores judiciais, assim como os cartórios de protestos para as seguintes pessoas físicas para atender a solicitação da Vollkswagen: João Braga, José Maria, Valéria e Frederico. Segue em anexo documentos dos mesmos. Certidão de domicílio vou emitir pelo site. Atenciosamente, Shirley Cristina Carlos – Contadora (31) 9859-5517”* (evento 2234711).

Realizado contato telefônico com a Sra. Shirley Cristina Carlos, com intuito de melhor esclarecer o teor do pedido, Vossa Excelência asseverou que a referida contadora pretendia apurar as Comarcas em que residem os sócios de pessoa jurídica nos últimos 10 (dez) anos, assim como a existência de distribuição de ações cíveis e criminais em seu desfavor (evento 2236863).

Após ter sido informado que a Sra. Shirley conseguiu emitir as certidões cíveis e criminais relativas à Comarca de João Monlevade e considerando que não compete ao Poder Judiciário diligenciar no sentido de identificar as comarcas em que determinada pessoa física reside ou residiu, a questão foi considerada esclarecida e, então, foi determinado o arquivamento do presente feito (evento 2236863).

O Dr. Rodrigo Braga Ramos, no entanto, ressaltou que apesar da questão da Sra. Shirley ter sido aparentemente resolvida, persistia a necessidade de maiores esclarecimentos acerca de certidões da mesma natureza. Esclareceu que o questionamento realizado *“diz respeito a possibilidade da emissão de certidões constando informações sobre quantos e quais são os cartórios distribuidores judiciais da comarca, assim como os cartórios de protestos e títulos”*, sendo que a elucidação acerca da possibilidade de expedição da referida certidão, bem como da eventual competência para tal se faz necessária, pois constantemente são recebidas solicitações dessa natureza pela Administração Forense, especialmente por empresas que participam de licitações (evento 2258933).

O feito foi encaminhado a essa Assessoria Jurídica, para emissão de parecer acerca do questionamento apresentado pelo Dr. Rodrigo Braga Ramos (evento 2259233).

É, em síntese, o necessário relatório.

Depreende-se que após a solicitação da Sra. Shirley Cristina Carlos ter sido distribuída pela Administração do Fórum da Comarca de João Monlevade à Secretaria da 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude, o servidor de nome Alysson, com ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Estevão José Damazo, informou que cabe à secretaria emitir, em sistema de rodízio com as demais Varas da Comarca, apenas as certidões judiciais referidas nos artigos 180 e seguintes do Provimento nº 355/2018 (evento 2234711).

Com efeito, consoante informação disponibilizada no [sítio eletrônico deste eg. Tribunal de Justiça](#), a emissão de certidão judicial está regulamentada no [Provimento nº 355/2018](#), no Capítulo IV, artigos 180 a 191.

Ainda, para além das espécies de certidões elencadas e disciplinadas no Capítulo IV do Provimento nº 355/2018, há ainda a previsão do art. 152, V, do Código de Processo Civil, de que incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria fornecer certidão de qualquer ato ou termo do processo, independentemente de despacho, observadas as disposições referentes ao segredo de justiça.

Dessa forma, constata-se que inexistente rol taxativo acerca das espécies de certidões que podem ser emitidas pelo escrivão ou pelo chefe de secretaria.

Todavia, ainda que as previsões legais sejam meramente exemplificativas, deve ser destacado que todas as certidões judiciais devem, necessariamente, relacionar-se com a atividade jurisdicional.

Nesse sentido, compete ao escrivão ou ao chefe de secretaria, na qualidade de servidor dotado de fé pública e, ainda, em atenção ao Princípio da Publicidade, certificar atos ou fatos *que se relacionam com processo*.

Destaca-se, por oportuno, que como todo Princípio o da Publicidade não é absoluto, impondo o ordenamento jurídico que eventual parte interessada, em determinados casos, demonstre o interesse e justifique a finalidade do ato que pretende que seja certificado, como nos casos previstos no art. 190 do Provimento nº 355/2018.

Ante o exposto, essa Assessoria Jurídica entende que eventual certidão informando “*quantos e quais são os cartórios distribuidores judiciais da comarca, assim como os cartórios de protestos e títulos*”, como o apresentado no caso ora em análise, foge da alçada do Escrivão ou do Chefe da Secretaria, configurando o levantamento de tais dados incumbência da parte interessada.

É o parecer, à elevada consideração de Vossa Senhoria.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2019.

Neiva Lúdia de Paula Souza
Assessora Jurídica



Documento assinado eletronicamente por **Neiva Lúdia de Paula Souza, Assessor Jurídico**, em 18/06/2019, às 16:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2296547** e o código CRC **611C28D4**.

0057442-23.2019.8.13.0000

2296547v5